

DESAFIOS DA IGUALDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR: o papel dos professores na construção de uma educação para a equidade

Rafaela Imaculada da Silveira*
Terezinha Richartz**

RESUMO

Este trabalho aborda os desafios da igualdade de gênero no espaço escolar. Tal abordagem se faz necessária, visto que analisar os desafios da Igualdade de Gênero desde a infância torna-se fundamental, pois é conhecendo e discutindo sobre as diferenças que se pode chegar ao respeito às diversidades. Diante disso, o objetivo deste estudo é discutir o papel do educador nas mediações de alternativas que possam levar à igualdade de gênero no ambiente escolar, pois os educadores exercem um papel importante diante das situações e problemas encontrados em sala de aula e, além disso, torna-se imprescindível o trabalho, desde os anos iniciais, com questões relacionadas ao tema, de maneira a compreender que os indivíduos são diferentes, mas não devem ser vistos como desiguais. Os objetivos pretendidos serão alcançados através de pesquisa bibliográfica, com obras, documentos e legislação, de maneira a trazer um embasamento teórico e legal sobre o assunto. Diante da importância da temática no ambiente escolar, os dados da pesquisa apontam que se faz necessário repensar o papel dos professores como formadores de sujeitos e o cuidado com a reprodução dos estereótipos construídos pela sociedade. Logo, torna-se fundamental uma boa formação destes educadores para que reconheçam a importância do trabalho com as temáticas relacionadas a gênero no contexto escolar.

Palavras-chave: Gênero; igualdade; equidade; estereótipos.

1 INTRODUÇÃO

* Graduanda do curso de Pedagogia. E-mail: rafaela.silveira@alunos.unis.edu.br

** Professora do Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS/MG). E-mail: terezinha.richartz@unis.edu.br

Este trabalho discute a questão da igualdade de gênero no espaço escolar, visto que se torna cada dia mais importante e fundamental o trabalho com essa temática neste ambiente, pois é através da educação que os indivíduos tornam-se críticos e conhecedores das diferenças.

Diante disso, pergunta-se qual o papel da escola na desnaturalização das hierarquias de gênero, em especial dos professores, na construção de uma educação para a equidade? O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre a importância de um trabalho, desde os anos iniciais, com questões relacionadas a gênero e diversidade e refletir sobre o papel dos educadores como formadores de sujeitos. Este propósito será conseguido mediante uma pesquisa bibliográfica, caracterizando-se por, “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados e revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158).

2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Diante do estudo desta temática, a fundamentação legal se faz necessária a fim de que seja considerada sua importância para viabilizar uma sociedade igualitária.

Com isso, inicialmente, a Constituição Federal de 1988 afirma que todos são iguais em direitos e obrigações.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (BRASIL, 1988, p. 13).

Portanto, a Constituição que rege o país menciona que homens e mulheres são igualmente vistos, tendo seus direitos e deveres resguardados, sem qualquer distinção.

Além disso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, da qual o Brasil é signatário, em seu Objetivo 5 busca “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021, p.1). Propondo:

- 5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
- 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS , 2021, p.1).

Com isso, pode-se perceber a importância de tal tema e a busca em se tornar realidade, construindo uma sociedade em que o gênero não seja mais visto como motivo de desigualdade.

Estando em acordo com a legislação vigente, a Base Nacional Comum Curricular também vem trazendo a importância de se trabalhar com o respeito, desde os anos iniciais.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, **sem preconceitos** de qualquer natureza. (BRASIL, 2017, p. 10, grifo nosso).

Como visto em uma das Competências Gerais da Educação Básica, deve haver um trabalho voltado à valorização e ao respeito às diferenças. “Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.” (BRASIL, 2017, p.68).

Apesar de resguardada legalmente a busca pela igualdade, a desigualdade de gênero ainda persiste. E para que esse entrave seja compreendido, será apresentada a engrenagem da dominação feminina: Gênero e Patriarcado.

3 CONCEITO DE GÊNERO E PATRIARCADO

Diante da importância dessa temática no ambiente escolar, é necessário compreender alguns conceitos fundamentais para a compreensão e fundamentação desta pesquisa.

Inicialmente, pode-se dizer que a questão do gênero, tornou-se “[...] uma maneira primordial de dar significado às relações de poder. [...] é um campo fundamental no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.” (SCOTT, 1990 apud RICHARTZ, 2007, p.32). E diz respeito também, “[...] à construção social do masculino e do feminino.” (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

Dessa forma, pode-se definir gênero como:

[...] um dispositivo cultural, construído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder. (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2019, p. 10).

Dessa maneira, com base nos autores, é possível definir que o gênero é construído historicamente pelo indivíduo com base nas imposições sociais. É um elemento muitas vezes usado para articular o poder e pode se tornar motivo de desigualdade, classificando e posicionando o mundo a partir das relações entre o que se entende como masculino e feminino.

Sendo assim, diante da análise de gênero, o conceito e compreensão de patriarcado também devem ser levados em consideração, visto que apesar de serem conceitos diferentes, possuem uma relação entre eles. Logo, se torna fundamental entender essas relações, já que as desigualdades vistas atualmente relacionadas ao gênero são reflexos de uma sociedade patriarcal.

Desse modo, “O patriarcado possui um esquema muito mais fixo contendo, no seu bojo, a dominação masculina. Já a categoria gênero remete a relações não fixas entre homens e mulheres.” (RICHARTZ, 2007, p.36).

[...] gênero é aqui entendido como muito mais vasto que patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero. (SAFFIOTI, 2004, p. 119).

Portanto, “[...] o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de **patriarcado**, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.” (SAFFIOTI, 2004, p. 44, grifo do autor).

O conceito de gênero não implica deixar de lado o de patriarcado. Ele abre a possibilidade de novas indagações, muitas vezes não feitas porque o uso exclusivo de patriarcado parece conter já, de uma só vez, todo um conjunto de relações: como são e porque são. Trata-se de um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re) conhecido já (tudo) explica: a desigualdade de gêneros. O conceito de gênero, por outro lado, não contém uma resposta sobre uma forma histórica. Sua força é a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na contemporaneidade. [...] (MACHADO, 2000 apud RICHARTZ, 2007, p. 36).

Assim, gênero diz respeito a um elemento mais amplo, onde pode caber mudanças, enquanto que patriarcado se remete a algo mais permanente e estável, dificultando a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Segundo Johnson (1997):

Patriarcado é a dominação masculina nas posições de autoridade política, econômica, legal, religiosa, educacional, militar e doméstica que são, geralmente, reservados aos homens: chefes de estado, presidentes de empresas, membros de conselhos, líderes religiosos, diretores de escolas, políticos em todos os níveis de governo, promotores, desembargadores, professores universitários, generais e almirantes e, até mesmo, aqueles identificados como chefes de serviços domésticos. (apud. RICHARTZ, 2007, p. 35).

Sendo assim, patriarcado se define como a dominação masculina e alguns aspectos da opressão das mulheres influenciados pela construção das identidades dos indivíduos na sociedade. Dessa forma, o patriarcado, ou seja, a dominação do homem é resultado da maneira como as pessoas agem na sociedade, reproduzindo ideais, conceitos e opiniões.

“A sociedade é patriarcal quando é dominada pelo homem, identificada pelo homem e centrado no homem. E também envolve vários aspectos da opressão das mulheres.” (RICHARTZ, 2007, p. 35). É importante ressaltar que o patriarcado reflete nas hierarquias e desigualdades entre os gêneros vistas atualmente, resultados da dominação masculina construída historicamente, já que “As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres.” (SAFFIOTI, 2004, p. 104), mas vale destacar que é trabalhando e entendendo os dois conceitos que há possibilidades de mudanças, fazendo com que os indivíduos se respeitem e construam uma sociedade mais igualitária.

Dessa maneira, entender as funções das construções sociais torna-se fundamental para buscar alternativas, compreendendo que “[...] o patriarcado não diz respeito ao homem

individualmente, mas a um determinado tipo de sociedade de que homens e mulheres participam.” (JOHNSON, 1997 apud RICHARTZ, 2007, p. 35). Ou seja, é necessário haver uma mudança de pensamento e de atitudes em relação a todos, sejam homens ou mulheres, pois dessa maneira, ambos saberão como agir e se posicionar diante de situações de desigualdades. Se gênero e patriarcado foram construídos socialmente, através de intervenções adequadas podem ser desconstruídos.

Diante da compreensão desses conceitos e sua importância, pode-se afirmar que “[...] desenvolvem-se teorias de gênero que buscam desnaturalizar os comportamentos e condutas instituídas a cada sexo, demonstrando que não são frutos biológicos, mas são construções culturais do “ser homem e do ser mulher”. (MACHADO, 2018, p.18). Ou seja, o homem ou a mulher são frutos da sociedade em que estão inseridos e não somente devem ser vistos de acordo com seu sexo biológico, pois sua maneira de pensar e agir vai muito além disso.

4 O PAPEL DA ESCOLA NA DESNATURALIZAÇÃO DAS HIERARQUIAS DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS

A escola possui um papel fundamental na formação dos sujeitos, visto que é um ambiente onde os indivíduos passam uma parte da vida, se desenvolvem, interagem, se informam e constroem os seus conhecimentos. Assim, diante de sua importância, temas essenciais ao desenvolvimento e reconhecimento dos sujeitos devem ser colocados em pauta, como a questão da igualdade entre os gêneros, discutida até o presente o momento. Todavia, “É preciso conscientizar os alunos de que as diferenças entre homens e mulheres são, sobretudo, construídas pela própria sociedade, de acordo com cada momento histórico e social.” (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p. 96). Pois, “Sabe-se o quanto no senso-comum as identidades de gênero ainda se constituem com base em concepções dos papéis que cada indivíduo deve desempenhar de acordo com o sexo biológico.” (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p.122).

E isso muitas vezes é refletido na escola, quando, por exemplo, uma menina é questionada por querer realizar algum esporte que é mais popular entre os meninos, ou quando algum menino realiza alguma brincadeira que é titulada como “brincadeira de menina”. Já que por vezes, “[...] a imagem da mulher é constituída por traços de fragilidade, enquanto os homens

são denominados por traços de força física.” (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p.122). E assim, tais comportamentos mostram as relações de poder que ainda existem entre eles.

[...] tal relação pode ser considerada como uma manifestação do poder historicamente enraizado, haja vista que os padrões de sexualidade feminina são inescapavelmente um produto de poder dos homens para definir qual comportamento feminino é necessário e desejável. (LOURO, 2000 apud SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p.123).

Assim, “É fundamental perceber o deslizamento que ocorreu: as características físicas passaram a ser tomadas como a fonte ou a origem das distinções e não apenas como um sinal, marca ou manifestação das distinções.” (LOURO, 2007, p.208). Ou seja, características físicas passaram a ser motivos de distinções, o corpo ganha um papel primordial, sendo visto como causa das diferenças entre feminino e masculino, preocupando-se excessivamente com a maneira que as pessoas são, e se relacionam.

Desse modo, o gênero construído historicamente pelo indivíduo, pode se tornar motivo de desigualdade, sendo muitas vezes o ambiente escolar um dos responsáveis por reproduzir estereótipos de gêneros e hierarquias sociais, quando caracterizam meninas de um jeito e meninos de outro. Portanto, torna-se imprescindível que haja uma preocupação em relação “[...] à reprodução da desigualdade de gênero na escola. Afinal, sabe-se que a escola pode promover situações de exclusão por dentro, ou seja, tornar-se reprodutora dessa desigualdade no ambiente escolar.” (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p.84).

Assim, é fundamental que haja uma mudança em relação à construção das identidades dos indivíduos, sua maneira de pensar e agir na sociedade, de modo a respeitar as diferenças, mas jamais as tratando com desigualdade. À vista disso, “O enfrentamento das desigualdades reivindica uma proposta educativa que não seja meramente informativa, mas que se valha de técnicas que proponham trabalhar as relações interpessoais visando a um conhecimento – individual – de si mesmo, [...]” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2014, p. 2). Sendo assim, a escola tem papel fundamental na informação e na desnaturalização em relação às violências de gênero, fazendo com que os alunos se informem e haja um conhecimento ou reconhecimento de si mesmo. Portanto, o ambiente escolar deve se preocupar não somente com a mera transmissão de conteúdos, mas também com um trabalho voltado à construção dos indivíduos e seus princípios.

As expectativas sociais e culturais depositadas em meninos e meninas, homens e mulheres, quando não atendidas, geram violências de toda ordem. A escola, como um espaço social importante de formação dos sujeitos, tem um papel primordial a cumprir, que vai além da mera transmissão de conteúdos. (FELIPE, 2008, p. 3).

Assim, o ambiente escolar torna-se fundamental na construção das identidades dos indivíduos, já que

[...] desempenha papel fundamental na construção, introjeção, reforço e transformação das noções de masculinidade, feminilidade, heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade e transgeneridade e, por conseguinte, na formação identitária e na atuação das pessoas em todas as arenas da vida social. (BRASIL, 2007, p. 48).

Sendo assim, “A escola não pode se eximir da responsabilidade que lhe cabe de discutir determinados temas, tais como as desigualdades de gênero e a diversidade sexual, como apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).” (FELIPE, 2008, p. 3). Pois muitas vezes, “[...] a escola proporciona um espaço narrativo privilegiado para alguns enquanto produz ou reforça a desigualdade e a subordinação de outros.” (MEYER, 2008, p. 24).

Torna-se importante salientar que o trabalho com essa temática deve ser realizado por todos os professores em todas as disciplinas para que assim os preconceitos construídos possam ser superados. E, portanto, “[...] devem contribuir para fomentar práticas includentes, para a desnaturalização de atos, comportamentos, relações sociais e de diversos fatores [...]. (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p.96).

É importante que sejam tratadas as questões de gênero em todas as disciplinas para que se possa desnaturalizar os preconceitos que foram colocados enquanto naturais. Por isso, é tão necessário que se trabalhe massivamente na escola a referida desconstrução, considerando que o que é considerado como normal foi construído historicamente [...]. (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p.85).

Por conseguinte, pode afirmar que “[...] todas as disciplinas que compõem o currículo escolar precisam caminhar alinhadas nessa batalha contra o preconceito e a discriminação [...].” (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p.100).

Com isso, a escola, muitas vezes é uma das responsáveis por proporcionar privilégios e também desigualdades entre os indivíduos, pois quando deixa de tratar de alguns assuntos e não sabe lidar com algumas situações do cotidiano, acaba reforçando alguns estereótipos. Pensando nisso, é fundamental frisar que os indivíduos não são somente homens e mulheres, mas também

sujeitos e cidadãos na sociedade em que vivem, com pensamentos e opiniões diferentes que devem ser respeitados e valorizados diante do processo de ensino aprendizagem. Sendo assim,

Considerando o papel unificador e delimitador que a escola desempenha por meio de seu conjunto de regras e normas, faz-se necessário que existam boas práticas que promovam o respeito à diversidade e também a realização de discussões que promovam a conscientização crítica acerca da diversidade e, sobretudo, acerca da igualdade de gênero. (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p.110).

Ou seja, partindo do pressuposto do fundamental papel da escola na construção dos cidadãos, é necessário que haja um trabalho voltado ao respeito às diferenças, discutindo sobre a grande diversidade e a busca constante pela igualdade entre os gêneros.

Apesar da sua importância, “Entendemos que desenvolver a temática da sexualidade nas escolas de forma não heteronormativa não é uma tarefa simples, pois envolve a desnaturalização das violências de gênero.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2014, p. 1). Ou seja, construir uma sociedade onde homens e mulheres possuem direitos e papéis iguais não é uma tarefa fácil, pois implica uma mudança de mentalidade em todos, de maneira que passem a ver as pessoas com suas singularidades e princípios, entretanto isto não ser motivo para indiferenças.

Portanto, “Sendo a educação um valor central, é fundamental refletir sobre o tipo de escola que desejamos criar.” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2019, p. 101), reconhecendo seu papel na construção da identidade de cada um, com um trabalho voltado a essa temática, para que assim os indivíduos conheçam as diferenças relacionadas aos gêneros e saibam respeitá-las, buscando a desnaturalização das hierarquias de gênero, ou seja, reconhecendo que, apesar das diferenças, não é preciso haver desigualdades, resignificando, ampliando e colocando em prática o conceito de igualdade.

4.1 Formação continuada dos professores

Diante da importância de se realizar um trabalho desde os anos iniciais com questões relacionadas ao gênero e à diversidade, é preciso pensar também na formação dos profissionais, de maneira que saibam como trabalhar e tratar situações do cotidiano sem reproduzir alguns estereótipos que muitas vezes passam despercebidos.

Partindo da perspectiva do importante papel orientador do professor no trabalho com os temas transversais, é preciso que se pense também na formação inicial e continuada desses profissionais. Cabe destacar a relevância de que nos currículos dos cursos de licenciatura, os professores também trabalhem as temáticas transversais e que, além disso, participem de projetos de ensino/pesquisa/extensão, assim como de disciplinas especiais ou cursos específicos com estas abordagens, visto que, segundo pesquisas recentes, são alarmantes os dados que se tem acerca do preconceito entre os próprios docentes. (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p.133).

Sendo assim, nota-se a importância de se realizar um bom trabalho com os professores em sua formação, buscando fazer com que não reproduzam ideias preconcebidas no ambiente escolar, tanto com os alunos, quanto com os profissionais.

Necessário ainda se faz conscientizar os professores acerca da importância de se trabalhar com a temática de gênero, imprescindível para a constituição de uma sociedade cada vez mais plural. Talvez uma maneira eficaz de se realizar esta conscientização seja também incluindo as temáticas transversais de maneira mais regular nas grades das licenciaturas e da formação continuada dos professores, [...]. (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p.96).

Dessa forma, a falta de preparo desses profissionais que irão atuar diretamente no ambiente escolar pode refletir em alguns comportamentos e atitudes que naturalizam tais estereótipos. “Por tudo isso, as instituições de Ensino Superior devem investir na formação no decorrer da licenciatura, com enfoque nos temas transversais, mais especificamente no que toca aos temas gênero e diversidade.” (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p. 101).

Esse enfoque se torna necessário uma vez que:

Possivelmente, a falta de formação no decorrer da licenciatura, com enfoque nos temas transversais, mais especificamente no que toca aos temas transversais gênero e diversidade, e a falta de uma formação continuada para os professores, acaba contribuindo para que tais comportamentos não sejam problematizados, repensados e modificados. (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p. 84).

Tendo em mente a importância de um trabalho voltado a essa temática, é preciso que haja um trabalho voltado aos comportamentos e problematização de situações do cotidiano, e com isso a imprescindível necessidade de preparar os docentes desde sua formação e continuamente em sua prática pedagógica.

[...] dados apontam para a necessidade e a urgência de discutirmos, de forma mais aprofundada, as questões de gênero e sexualidade na escola, no âmbito da formação inicial e continuada de professores/as, bem como o desenvolvimento de projetos com

crianças e adolescentes. Tal formação implica a abrangência de temas, não só restritos à prevenção, como em geral acontece. (FELIPE, 2008, p. 4).

Embora se trate de uma temática fundamental de se discutir no ambiente escolar, “O corpo docente, por sua vez, se sente, em algumas ocasiões, despreparado para tal empreitada, na medida em que não teve uma formação específica para isso.” (FELIPE, 2008, p. 6) o que pode resultar em uma reprodução despercebida das desigualdades entre os gêneros.

Dessa forma, os brinquedos e brincadeiras que proporcionamos, as atividades que empreendemos no nosso fazer pedagógico, os espaços disponibilizados a meninos e meninas, as falas de ambos, os gestos, os comentários que fazemos, os olhares de repreensão ou não que lançamos a cada um deles/cada uma delas diante de seus comportamentos estão repletos de representações a respeito daquilo que entendemos ser o mais adequado para meninos e meninas, homens e mulheres. Portanto, discutir de que forma se constroem as relações de gênero [...] torna-se crucial nessa formação. (FELIPE, 2008, p. 6).

De tal forma, o processo de formação continuada destes profissionais é de suma importância, para que haja uma proposta educativa voltada à formação de pessoas, seus princípios e respeito às diferenças, pois “Acreditamos que as educadoras e os educadores estão em constante formação, em processo de reflexão contínua sobre seu ofício, sempre se alfabetizando [...], complexificando e transformando seus saberes em práticas.” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2019, p. 101).

Portanto, diante da importância de alguns temas dentro da realidade escolar, é fundamental repensar na formação dos professores que são os mediadores do conhecimento e, conseqüentemente, participam da construção de alguns estereótipos. Muitas vezes, pela falta de uma formação continuada esses profissionais vêm-se despreparados e desqualificados para tratar de alguns temas relevantes na sociedade em que estão inseridos. E sendo assim, “Somente com uma formação inicial sólida e formação continuada atualizada e bem organizada por estas instâncias é que tomarão conhecimento desses conteúdos e da importância que estes têm na formação dos estudantes.” (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p.101).

5 O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO PARA EQUIDADE DE GÊNERO

Na perspectiva de uma educação que desnaturalize as hierarquias de gênero e forme sujeitos, é fundamental repensar no papel do professor, buscando a equidade, a igualdade e o

respeito entre todos. Já que se acredita que “[...] caberia aos professores realizar ações de enfrentamento desse tipo de situação, ou seja, posicionarem-se de modo a combater posturas preconceituosas que fomentam os estereótipos de gênero na escola ou em qualquer outro tipo de ambiente de aprendizagem.” (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p.92).

Sendo assim, o educador tem papel primordial, desde os anos iniciais, de maneira a fazer com que os alunos conheçam a si próprio, conheçam o outro e aprendam a se posicionar diante de certas situações, não reproduzindo os estereótipos construídos ao longo do tempo em relação ao gênero e às diversidades. Pois, “Se os homens são assim porque foram educados para serem assim, se forem educados de outro modo poderemos ter homens com outras características.” (SAFFNER, 2008, p. 16). Desse modo, a maneira com que os indivíduos são educados reflete diretamente em sua forma de agir e se posicionar frente às situações do cotidiano.

A desigualdade entre os gêneros existente hoje em dia tem como uma de suas resultantes o processo de educação tanto escolar como familiar, pois os homens são educados para agir e pensar de determinada forma, o que muitas vezes resulta em desigualdade. Por isso, é mister “[...] investir na educação de homens e mulheres, tendo como objetivo um regime de equidade de gênero.” (SAFFNER, 2008, p. 16), ou seja, sabendo que os indivíduos são diferentes, mas sem a necessidade de serem tratados como desiguais, pode ser uma alternativa para a melhoria das desigualdades.

Apesar de toda sua importância, “[...] as dificuldades são muitas, porque não estamos apenas tratando de processos educativos, mas de uma redistribuição de poder, o que implica retirar poder dos homens e distribuir numa relação igualitária com as mulheres.” (SAFFNER, 2008, p. 16). Mesmo diante da melhoria dos processos educativos relacionados à igualdade de gêneros, é necessário redistribuir o poder entre os mesmos, ou seja, distribuir funções, cargos e tarefas de maneira igualitária entre homens e mulheres.

Embora haja reconhecimento da importância do professor neste processo, muitos relatam dificuldades em relação ao trabalho com essa temática, deixando de interferir em situações que poderiam resultar em aprendizado para os alunos, acabando assim por reproduzir desigualdades.

Muitas vezes, no espaço escolar, profissionais relatam dificuldades em lidar com essas questões e acabam optando por não interferir. Com isso, ao não combater preconceitos

que geram discriminação e violência, a escola funciona como um lugar que reproduz desigualdades. (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2019, p. 64).

Quando o inverso acontece, ou seja, uma situação torna-se motivo de debates pelos alunos e pelo professor, isso pode resultar em um momento de aprendizagem e troca de conhecimento.

Mas quando as relações de gênero são tomadas como eixo fundamental de um projeto pedagógico coletivo em uma escola, uma situação de conflito inesperada pode servir de gatilho para disparar debates e atividades coordenadas entre as diferentes áreas de conhecimento. (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2019, p. 66).

Quando o espaço escolar não intervém em situações de preconceito, discriminação e desigualdade, ele acaba tornando-se um local que reproduz esses erros, ao invés de combatê-los. Daí a importância de uma prática voltada para essas questões, utilizando, quando possível alguma situação ocorrida, fazendo com que os educandos se apropriem do assunto e saibam se posicionar diante dele. Já que se torna fundamental entender que “[...] é importante que os alunos apreendam o conhecimento, quando associado a uma prática concreta de formação humana cidadã. O impacto no aprendizado é muito menor, quando associado a uma mera transmissão de conteúdo informativo.” (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p.118).

Dessa maneira, torna-se essencial que os educadores tenham um olhar mais cuidadoso para situações do dia a dia, buscando sempre sua formação continuada, sabendo lidar e intervir, quando necessário, utilizando de situações concretas para impactar os alunos e fazer com que aprendam de maneira significativa.

Logo, o educador, como mediador de conhecimento, tem um papel primordial na construção de sujeitos, edificando uma escola em que o gênero não seja restritivo e excludente, mas plural, assegurando uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

6 CONCLUSÃO

A Constituição Federal, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Base Nacional Comum Curricular trazem o direito da igualdade entre os gêneros resguardado por lei, mas ainda há um embate entre a teoria e a realidade vista atualmente. Isso pode ser explicado pela construção social resultante do patriarcado, onde o homem domina e a mulher é vista e

tratada com inferioridade, influenciando assim a maneira com que todos indivíduos se comportam atualmente, como se a desigualdade fosse algo natural e onde não cabem mudanças. Mas é justamente através da educação que isso pode ser revertido, pois é conhecendo as diferenças e seu processo histórico que se torna possível mudar a maneira de pensar e agir das pessoas e, assim, construir uma sociedade mais igualitária.

É comum que no ambiente escolar haja situações estereotipadas, que podem ser vistas no cotidiano e podem, muitas vezes, passarem despercebidas pelos educadores, reforçando assim a desigualdade, desde os anos iniciais. Por isso a importância de se tratar da temática de maneira a ressignificar o pensamento e as atitudes em relação à busca pela igualdade entre os gêneros.

Por conseguinte, abordar sobre assuntos relacionados ao tema desde os anos iniciais pode fazer com que alguns estereótipos sejam modificados, buscando construir uma sociedade sem exclusões ou diferenciações. E para isso, os educadores precisam estar capacitados para tratar do tema não apenas expondo seu significado e ideal, mas sim utilizando de situações cotidianas para trabalhar na prática, ensinando pelo exemplo e formando sujeitos que se respeitam e buscam seus direitos na sociedade.

Sendo assim, estes profissionais precisam ser e estar capacitados em sua formação acadêmica e continuada, buscando adquirir, além do conhecimento teórico, uma bagagem a respeito da construção dos indivíduos de maneira integral, ressignificando conceitos e modificando atitudes.

EQUALITY CHALLENGES OF GENDER IN THE SCHOOL SPACE:

Teacher's role building education for equity

ABSTRACT

The essay addresses the equality challenges of gender in the school space. Such approach is extremely necessary since analyzing the equality challenges of gender from childhood becomes fundamental, as it is by knowing and discussing the differences that can achieve the respect due the diversities. Therefore, the aim of this essay is to discuss the educator role in alternative mediation that may lead to the gender equality in the school space, since the

educators play an important role towards situations and problems found in the class room, besides that, It has been essential educators work, from the early years with issues related to the theme, in order to understand that individuals are diferente, but They should not be seen as unequal. The intended objective will be achieved through bibliographic research, with works, documents and legislation, in order to bring a theoretical and legal basis on the subject. Hence the importance of the school space thematic, research data indicate that it is necessary to reconsider the role of the teacher as a mentor of people and the caution with the stereotypes reproduction built by the society. Thus, a good training of this mentors is essential, so They recognize the importance of working with themes related to gender in the school context.

Key words: Gender, equality, equity; stereotypes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola:** reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: Ministério da Educação, maio. 2007. 67 p. (Cadernos Secad 4). Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf>. Acesso em: 06 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. [S.I] Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf> Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016. p.13. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

FELIPE, Jane. Educação para a igualdade de gênero. In: BRASIL. Ministério da Educação. Educação para igualdade de gênero. **Revista Salto para o Futuro**, Ano XVII Boletim 26, p. 3-14, nov. - 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Reviravolta, 2019. 102 p.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 46, p. 201-208, dez. 2007.

MACHADO, Gabriella Eldereti. Movimentos conservadores em prol da “ideologia de gênero”: uma análise por meio de narrativas virtuais. In: MACHADO, Gabriella Eldereti; OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes (Org.). **Gênero, diversidade sexual e educação**. Rio de Janeiro: Eulim, 2018. p. 15-43.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero, sexualidade e currículo: gênero e sexualidade na educação escolar. In: BRASIL. Ministério da Educação. Educação para a igualdade de gênero. **Revista Salto para o Futuro**, Ano XVIII Boletim 26, p. 20-30, nov. 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de desenvolvimento sustentável**: Agenda 2030. 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

RICHARTZ, Terezinha. **Paradoxos da implementação da lei de cotas para cargos no legislativo paulista nos partidos PT, PSDB e PFL**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP), São Paulo, 2007. p. 26-52.

SAFFIOTI, Heleieth I.B., **Gênero, patriarcado, violência** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)

SEFFNER, Fernando. Homens = sexo, violência e poder: dá para mudar esta equação? In: BRASIL. Ministério da Educação. Educação para a igualdade de gênero. **Revista Salto para o Futuro**, Ano XVIII Boletim 26, p. 15-19, nov. 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020.

SILVA, Aline Oliveira Gomes; GOMES, Daiane Aparecida Alves; KRUCZEVESKI, Lais Regina. Considerações pedagógicas sobre ensino de sociologia através da perspectiva de gênero. In: MACHADO, Gabriella Eldereti; OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes (Org.). **Gênero, diversidade sexual e educação**. Rio de Janeiro: Eulim, 2018. p. 76-105.

_____. Gênero e educação: um estudo com base na perspectiva das estudantes da educação básica no município de Rolândia/PR. . In: MACHADO, Gabriella Eldereti; OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes (Org.). **Gênero, diversidade sexual e educação**. Rio de Janeiro: Eulim, 2018. p. 106-141.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Relações de Gênero e Violência**. Viçosa: UFV, 2014. 70 p.